

Prevenção do *bullying* e obstáculos (parte I): o regimento escolar invisível

Lélio Braga Calhau

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Graduado em Psicologia pela UNIVALE. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Gama Filho (RJ). Mestrando em Gestão Integrada de Território pela UNIVALE (MG). Autor dos livros “*Bullying: o que você precisa saber*” e de “*Diário de uma vítima de bullying*”.

Bullying são agressões (físicas ou morais) realizadas de forma sistemática contra vítimas eleitas e em desnível de poder. Essas agressões têm sido objeto cada vez mais de pesquisas por parte de educadores, psicólogos e juristas em diversos países.

Nos últimos dez anos o problema começou a ganhar espaço no Brasil. Inicialmente, alguns poucos livros foram lançados sobre o tema mas, hoje, um grande número de pesquisas nos cursos de graduação e pós-graduação (Pedagogia, Psicologia, Direito, Serviço Social, Educação Física etc.) é produzido anualmente sobre o tema.

Quando tratamos do *bullying* sempre nos vem à memória, na maioria das vezes, a imagem de agressores atacando colegas mais fracos fisicamente dentro de uma escola,

a arrebatando seu lanche, dando-lhes tapas na cabeça, colocando-lhes apelidos pejorativos, espalhando fofocas, isolando os novatos, criando comunidades que depreciam as vítimas nas redes sociais da internet, determinando a aplicação de “punições” etc. São ações que fazem as vítimas sofrerem muito e que atrapalham o rendimento pessoal de toda a comunidade acadêmica. Em algumas situações, essas ações podem progredir para a ocorrência de atos violentos e até de crimes.

O problema do *bullying* ocorre em nosso país há longo tempo e, embora tenha sido estudado inicialmente na Escandinávia há cerca de trinta anos, aqui temos pouco menos de uma década de estudo quanto ao problema. Ou seja, estamos apenas começando e muito pouco sabemos ainda sobre como o *bullying* realmente nos afeta a educação e o ser.

A prevenção e o controle do *bullying* no Brasil ainda enfrentam uma série de dificuldades, incompreensões, obstáculos e omissões, dentre eles, a constatação de que em grande parte das escolas brasileiras o regimento escolar não passa de uma peça de ficção (um *regimento de escola invisível*). Em várias escolas que visitei, uma cópia do regimento escolar foi entregue aos alunos no primeiro dia de aula, e nunca mais o assunto foi trabalhado. Em algumas, nem

isso aconteceu. Em pelo menos um caso, o Ministério Público encontrou uma situação de *bullying* entre meninas, sobre a qual o regimento escolar incluía o procedimento a ser seguido. No entanto, nem a própria direção da escola sabia de sua existência.

O regimento escolar é a “Constituição” da escola e faz parte da estrutura de planejamento da educação. E, por meio desse relevante instrumento, é que são definidos os assuntos de suma importância para o seu melhor funcionamento e os preceitos sobre temas como *bullying*, indisciplina e incivilidade, por exemplo, que deverão ser descritos de forma clara e objetiva para que sejam observados por todos.

Na prática, não tem sido incomum o Ministério Público ser acionado, e assim constatarmos que o regimento escolar é descumprido pela própria direção da escola. Ou seja, se as normas do regimento fossem observadas e trabalhadas com os alunos, de forma permanente, as situações de

possíveis conflitos poderiam ser solucionadas de modo mais efetivo no ambiente escolar sem a necessidade de se acionar posteriormente o Conselho Tutelar ou o Ministério Público.

Em muitos casos, não existe, ainda, um protocolo mínimo de como agir quando surge uma possível situação de *bullying* no âmbito da escola. Casos graves, moderados e leves são resolvidos com uma elevada subjetividade, causando perplexidade e insatisfação a alunos da escola, a educadores e pais.

Por fim, tais situações poderiam ser minimizadas com a existência de um regimento escolar com expressão efetiva para todos aqueles que atuam no estabelecimento de ensino e o frequentam. Não basta que exista o regimento em uma folha de papel. É importante que ele seja trabalhado constantemente com toda a comunidade acadêmica e que ele seja elaborado atendendo às particularidades de cada estabelecimento educacional.